

ÍNDICE

NOTAS PRÉVIAS	7
CAPÍTULO I – PARTE GERAL	9
TÍTULO I – NOÇÕES GERAIS	11
1. Do direito à tutela jurisdicional efetiva na concretização dos direitos e interesses legalmente protegidos dos sujeitos	11
2. O Processo Civil enquanto Ramo de Direito Adjetivo	15
3. Uma noção (aproximada) de processo executivo	17
3.1. Enquadramento normativo	17
3.2. Desenvolvimento concetual e axiológico	18
4. O processo executivo enquanto processo de execução “tendencialmente” singular	22
5. Algumas notas sobre a (des)judicialização (ou privatização) do processo executivo: rumo a uma execução de natureza administrativa?	23
5.1. A evolução do processo executivo civil	23
5.2. A responsabilidade civil do agente de execução	29
5.3. O Processo Civil Executivo enquanto Processo Judicial	32
TÍTULO II – PRINCÍPIOS JURÍDICOS DA AÇÃO EXECUTIVA	37
1. Ponto de partida	37
2. O princípio do dispositivo	38
3. O princípio da igualdade	39
4. O princípio da legalidade	41
5. O princípio da proporcionalidade	42
6. O princípio do contraditório	44
7. O princípio da cooperação	45
8. O princípio da prevalência funcional	46

TÍTULO III – OS INTERVENIENTES DA AÇÃO EXECUTIVA	47
1. Ponto de partida	47
2. O juiz de execução, a secretaria judicial e o agente de execução e o oficial de justiça	49
3. As partes processuais	55
3.1. O(A) exequente	55
3.2. O(A) executado(a)	57
3.3. O credor com garantia real	57
3.4. O cônjuge do executado	58
TÍTULO IV – A AÇÃO EXECUTIVA CIVIL	61
1. Introdução	61
2. A ação executiva comum e especial	62
3. A ação executiva para pagamento de quantia certa	63
3.1. Fins do processo executivo para pagamento de quantia certa	63
3.2. Forma do processo executivo para pagamento de quantia certa	63
3.2.1. Ponto introdutório	63
3.2.2. Forma sumária do processo executivo para pagamento de quantia certa	64
3.2.3. Forma ordinária do processo executivo para pagamento de quantia certa	68
3.3. Fases do processo executivo para pagamento de quantia certa	72
4. A ação executiva para entrega de coisa certa	74
4.1. Fins do processo executivo para entrega de coisa certa	74
4.2. Forma do processo executivo para entrega de coisa certa	74
4.3. Fases do processo executivo para entrega de coisa certa	75
5. A ação executiva para prestação de facto	76
5.1. Fins do processo executivo para prestação de facto	76
5.2. Forma do processo executivo para prestação de facto	76
5.3. Fases do processo executivo para prestação de facto	76
TÍTULO V – OS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS DA AÇÃO EXECUTIVA	79
1. Ponto de partida	79
2. O conceito de pressuposto processual	80
3. Pressuposto de natureza formal	81
4. Pressupostos de natureza material	82
4.1. Ponto de partida	82
4.2. A Exigibilidade da obrigação	82
4.3. A liquidez da obrigação	87
4.4. A certeza da obrigação	88
4.5. A “teoria da cadeira” dos pressupostos processuais	89

5. Pressupostos de natureza geral	91
5.1. A legitimidade das partes	91
5.2. O patrocínio judiciário	95
5.3. A competência do tribunal	96
TÍTULO VI – OS TÍTULOS EXECUTIVOS	103
1. Ponto de partida	103
2. Noções e precisões terminológicas	104
3. Tipos de títulos executivos	105
3.1. A sentença condenatória	105
3.1.1. Enquadramento e extensão	105
3.1.2. Exequibilidade da sentença	106
3.1.3. Exequibilidade dos despachos judiciais e decisões arbitrais	108
3.1.4. Exequibilidade decisões proferidas no estrangeiro	108
3.2. Os documentos autênticos ou autenticados	110
3.3. Os títulos de crédito	111
3.4. Outros documentos de força executória	113
4. Os títulos executivos analógicos e digitais: a validade dos títulos eletrónicos	122
5. Concurso de títulos	123
6. Cumulação de execuções	124
CAPÍTULO II – A AÇÃO EXECUTIVA PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA	127
1. O requerimento executivo	129
1.1. Noção	129
1.2. Antecedentes históricos	129
1.3. Arrumação e dimensões do requerimento executivo	130
1.4. Obrigações Acessórias do Exequente na apresentação do requerimento executivo	133
1.5. Pagamento dos honorários devidos ao agente de execução	134
1.6. Tramitação subsequente	135
1.6.1. Processo sob a forma sumária	135
1.6.2. Processo sob a forma ordinária	137
2. A oposição à execução por embargos	139
2.1. Noção	139
2.2. Fundamentos e legitimidade processual	141
2.2.1. Legitimidade, prazos e momento de oposição por embargos	141
2.3. Fundamentos de oposição baseado em sentença	142
2.4. Fundamentos de oposição baseado em requerimento de injunção	146
2.5. Fundamentos de oposição baseado outro título executivo	148
2.6. Efeitos	148

2.7. Tramitação processual	150
3. A penhora de bens	151
3.1. Noção de penhora	151
3.2. Objeto da penhora	155
3.3. O efeito da penhora	160
3.4. A proporcionalidade da penhora	163
3.5. Limites da penhora	165
3.5.1. Impenhorabilidade substantiva	165
3.5.2. Impenhorabilidade adjetiva	167
3.5.2.1. Ponto de partida	167
3.5.2.2. Bens absoluta ou totalmente impenhoráveis	168
3.5.2.3. Bens relativamente (im)penhoráveis	170
3.5.2.4. Bens parcialmente (im)penhoráveis	173
3.5.2.5. A subrogação da natureza de (im)penhorabilidade nos saldos bancários	177
3.6. O incidente de comunicabilidade de dívida: a sua (des)conformidade entre a lei processual civil e a lei substantiva	178
3.6.1. Ponto de partida	178
3.6.2. A responsabilidade patrimonial por dívidas de um dos cônjuges: aspetos substantivos e adjetivos	179
3.6.3. O Tratamento processual e registal da penhora de bem imóvel comum por dívidas de um dos cônjuges e da penhora da meação no património comum	187
3.6.4. O Incidente de comunicabilidade de dívida	197
3.7. A penhora de bens em regime de comunhão patrimonial	200
3.8. A Penhorabilidade subsidiária	200
3.9. O Penhora de bens imóveis e a (in)disponibilidade adjetiva	201
3.9.1. Enquadramento normativo	201
3.9.2. A (in)compreensão da penhora de bens imóveis em ações executivas de valor reduzido	206
4. A Penhora	210
4.1. Ponto introdutório	210
4.2. Penhora de bens imóveis	212
4.2.1. O ato de penhora de bens imóveis	212
4.2.2. O fiel depositário de bens imóveis	214
4.2.3. O pedido de levantamento da penhora por demora injustificada	217
4.3. Penhora de bens móveis	218
4.3.1. Penhora de bens móveis não sujeitos a registo	218
4.3.2. Penhora de Bens móveis Sujeitos a Registo	220
4.3.3. O depositário dos bens móveis penhorados	221

4.4. Penhora de créditos	222
4.5. Penhora de direitos ou expectativas de aquisição	224
4.6. Penhora de vencimentos, rendas ou abonos	225
4.7. Penhora de saldos bancários	228
5. Meios de reação à penhora	230
5.1. Oposição mediante simples requerimento	230
5.2. Oposição à penhora	231
5.2.1. Enquadramento teleológico	231
5.2.2. Generalidades e função	232
5.2.3. Fundamentos de oposição à penhora	233
5.2.4. Tramitação e efeitos	235
5.3. Embargos de terceiro	237
5.3.1. Generalidades	237
5.3.2. Legitimidade ativa e objetiva	238
5.3.3. Tramitação	243
5.4. Ação de reivindicação	244
6. Reclamação de créditos e concurso de credores	245
6.1. Introdução	245
6.2. Pressupostos específicos da reclamação de créditos	248
6.3. Ação de verificação e graduação de créditos	250
6.4. Relações de prevalência	251
6.5. Concretização	255
7. O pagamento na ação executiva	256
7.1. Ponto introdutório	256
7.2. O acordo de pagamento em prestações	257
7.3. A venda executiva	259
7.3.1. Ponto introdutório	259
7.3.2. A decisão de venda	260
7.3.3. A venda em leilão eletrónico	261
7.3.4. Venda em negociação particular	264
7.3.5. Venda Direta	266
7.3.6. Venda em Mercados Regulamentados	266
7.3.7. Invalidades e anulação da venda	267
CAPÍTULO III – A AÇÃO EXECUTIVA PARA ENTREGA DE COISA CERTA	269
1. Noção	271
2. Tramitação	272
2.1. Apresentação do requerimento executivo	272
2.2. Oposição à execução	273
2.3. Fase de entrega da coisa	273

2.3.1. Generalidades	273
2.3.2. Entrega de imóvel arrendado e que constitua a habitação própria e permanente do executado	275
2.3.2.1. Ponto introdutório	275
2.3.2.2. Suspensão da execução	275
2.3.2.3. Diferimento da execução	277
3. Responsabilidade do exequente	278
4. Conversão da execução	278
CAPÍTULO IV – A AÇÃO EXECUTIVA PARA PRESTAÇÃO DE FACTO	281
1. Noção	283
2. Modalidades	283
2.1. Prestação de facto positivo fungível e infungível	283
2.2. Prestação de facto negativo	284
3. Execução de prestação de facto positivo	284
4. Execução de prestação de facto negativo	286
CAPÍTULO V – O PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL PRÉ-EXECUTIVO (PEPEX)	287
1. Generalidades	289
2. Requisitos do PEPEX	291
3. Requerimento inicial	291
4. Fase de consultas e relatório	294
5. Diligências do requerente após a receção do relatório	295
5.1. Enquadramento prévio	295
5.2. A convolação	295
5.3. A notificação do requerido	296
6. Oposição do requerido	297
BIBLIOGRAFIA	299